



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

11/04/2015

INDICE

1. CASO DÉCIO SÁ	
1.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	1
1.2. JORNAL O DEBATE.....	2
1.3. JORNAL O IMPARCIAL.....	3
1.4. JORNAL PEQUENO.....	4 - 5
2. COMARCAS	
2.1. JORNAL PEQUENO.....	6 - 8
3. CONVÊNIOS	
3.1. JORNAL AQUI.....	9
3.2. JORNAL O DEBATE.....	10
4. ESMAM	
4.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	11
5. EXECUÇÕES PENAIS	
5.1. O GLOBO.....	12 - 13
6. FÓRUM DE SÃO LUÍS	
6.1. JORNAL O QUARTO PODER.....	14
6.2. JORNAL PEQUENO.....	15
7. JUÍZES	
7.1. JORNAL ATOS E FATOS.....	16 - 17
7.2. JORNAL O IMPARCIAL.....	18 - 19
7.3. JORNAL PEQUENO.....	20 - 21
8. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	
8.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	22
8.2. JORNAL O IMPARCIAL.....	23
8.3. JORNAL PEQUENO.....	24



AÇÕES SERÃO INTEGRADAS COM PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO E SOCIEDADE CIVIL

MARANHÃO CONTRA O CRIME

Estado do Maranhão define ações prioritárias para segurança, com articulação dos três poderes, no combate aos crimes violentos, à corrupção e tráfico de drogas

O estado do Maranhão terá ações integradas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, com apoio do Ministério Público e da sociedade civil no combate aos crimes violentos letais intencionais (CVLI), combate à corrupção e tráfico de drogas. A força conjunta dos diversos poderes foi definida, quinta-feira (9), durante reunião do Gabinete de Gestão Integrada (GGI), presidida pelo governador Flávio Dino, no Palácio dos Leões.

O GGI é regido por portaria emitida pelo Ministério da Justiça e tem o objetivo de promover a paz e articular ações de combate à violência e prevenção ao crime. Durante a reunião, o governador Flávio Dino destacou a importância de combater os três tipos de crimes (combate a violência, corrupção e tráfico), que são a principal base da criminalidade no estado.

Ele destacou a maior eficiência a partir das ações entre os três poderes, com apoio da sociedade civil e do Ministério Público. "Estamos aqui em uma instância deliberativa. Vamos transformar dados em ações para dar soluções para os problemas de segurança no Maranhão", declarou o governador, ao comentar os dados apresentados na reunião.

O desembargador Raimundo Barros apresentou dados do judiciário maranhense sobre os julgamentos no estado e declarou que a instituição está à disposição para o combate a impunidade. "Todos os poderes aqui representados estão trazendo informações concretas sobre a realidade da segurança no estado, pra que possamos qualificar esses dados e traçar ações para reduzir os índices de violência no Maranhão. As ações integradas agregam mais agilidade a esse processo", afirmou.

Em relação ao combate às drogas, foi realizada uma explanação por integrantes da Comunidade Terapêutica do Maranhão, que presta assistência a usuários de drogas que tentam abandonar o vício. A discussão foi enriquecida pelo depoimento de um ex-usuário de crack, que há dois anos abandonou o vício, a partir do apoio da Comunidade Terapêutica do Maranhão.

O problema se alastrou pelo Maranhão ao longo dos últimos anos, principalmente entre a população jovem, com idade entre 18 e 30 anos. Proporcionalmente ao aumento do número de usuários, aumenta também os números da violência.

O secretário-executivo do Gabinete de Gestão Integrada,

Nilvan Vieira da Silva ressaltou o planejamento das ações. "Vamos trabalhar no combate às drogas e as apresentações deixaram claro que o combate de prevenção é muito eficiente para a redução do tráfico e da violência proveniente dessa prática. A mensagem de ordem agora é planejar para executar", disse.

Outra questão levantada na reunião foi o sistema penitenciário do Maranhão, que já nos primeiros meses da atual gestão apresenta resultados positivos. "Apresentamos hoje os números desta gestão que comprovam que a administração penitenciária no Maranhão está tendo avanços, principalmente graças às ações integradas. Vamos continuar trabalhando para melhorar esses indicadores", frisou o secretário de Administração Penitenciária, Murilo Andrade.

O inspetor da Polícia Rodoviária Federal, Antônio Noberto, destacou que discutir ações de segurança integrando todas as esferas de poder vai trazer muitos benefícios para a população maranhense. "A integração de todos os poderes em prol da segurança é o caminho certo. Quem sai ganhando com esse trabalho integrado é a sociedade", declarou.

Em encontro sobre reforma política, governador pede defesa enfática da Democracia no Brasil

Governador Flávio Dino em reunião com representantes do Movimento de Coalização Democrática no Palácio dos Leões
PÁGINA 5



 DURANTE REUNIÃO

Em encontro sobre reforma política, Flávio Dino pede defesa enfática da Democracia no Brasil

Convidado pelo Movimento de Coalização Democrática a colaborar com a Reforma Política e a defesa do Estado Democrático de Direito, o governador Flávio Dino reuniu-se ontem (10) com os representantes do movimento no gabinete da sede do governo do Maranhão. Ao assinar o Projeto de Iniciativa Popular pela Reforma Política, o governador defendeu o engajamento das forças políticas do país para "continuar a trilhar a trajetória do avanço democrático".

Os representantes do movimento que se reuniram com o governador Flávio Dino manifestaram preocupação com a efervescência política por que passa o país, sobretudo no que se refere às manifestações que atacam cláusulas pétreas da Constituição Federal, isto é, que não podem ser alteradas. No diálogo com os representantes da Coalizão que visitaram o gabinete, Flávio Dino afirmou que é preciso fazer uma "defesa enfática" dos avanços alcançados nos 30 anos de Democracia no Brasil.

"As forças políticas do Estado brasileiro não podem permitir retrocessos, como dizem algumas vozes. Contem não apenas com a minha assinatura, mas com meu apoio integral", declarou o governador Flávio Dino ao afirmar que articu-

lará a bancada maranhense no Congresso Nacional. Ele assegurou ainda que pedirá apoio de lideranças políticas nacionais em nome da defesa dos pilares da Democracia.

Para exemplificar a atualidade e a urgência do tema, foram debatidos durante a reunião o posicionamento claro e enfático contra temas que estão em discussão no Congresso e nas manifestações, como: redução da maioria penal, excessiva terceirização dos serviços prestados ao poder público e intervenção militar no país.

O juiz Márton Reis agradeceu o apoio dado pelo governador e destacou a importância do gesto como sinal para as demais forças políticas do estado. "Precisamos agregar mais esforços entre os parlamentares maranhenses. Nosso Estado deve se posicionar na defesa dos direitos democráticos," disse.

A Iniciativa Popular pela Reforma Política é um projeto defendido nacionalmente por entidades da sociedade civil e que vem recebendo apoio de diversos setores da sociedade brasileira que defendem os valores democráticos. Segundo o presidente da OAB-MA, Mário Macieira, não é possível transigir quando se trata de assegurar os direitos fundamentais elencados na Constituição Federal de 1988.

Estiveram presentes na reunião o presidente da seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil, Mário Macieira; o representante do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, Márton Reis; a vice-presidente da Associação dos Magistrados Maranhenses, Lavinia Coelho; representantes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e do Sindicato da Fiscalização Agropecuária do Maranhão (Sinfa).

MARANHÃO E REFORMA POLÍTICA

A Reforma Política tem sido debatida constantemente pela atual administração do governo do Estado. Em março, o presidente e ex-presidentes da Associação dos Juizes Federais (Ajufe) estiveram com o governador Flávio Dino e lançaram a "Carta de São Luís", em que os representantes do Judiciário Federal buscam mobilizar a sociedade brasileira para uma reforma política baseada na Carta Magna e que não seja pautada por retrocessos. A partir da capital do Maranhão, os juizes percorrerão outros estados para angariar apoio.

Já em Brasília, Flávio Dino participou em março de mais um encontro do

Fórum de Governadores do Nordeste que também defendeu, junto ao governo federal uma ampla Reforma Política com combate à corrupção e à impunidade, além de pautas administrativas que assegurem o desenvolvimento do Nordeste. O tema foi apresentado à presidenta Dilma Rousseff e ao ministro-chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante.

TJMA mantém *Júnior Bolinha* em presídio do sistema de Pedrinhas

Detento envolvido na morte de Décio Sá pedia transferência para o Corpo de Bombeiros, já que se sentia ameaçado

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) negou a José Raimundo Sales Chaves Júnior, o *Júnior Bolinha*, acusado de envolvimento na morte do jornalista Décio Sá, pedido para anular ato de primeira instância que o mantém na Unidade Prisional de Ressocialização de Pedrinhas VII, presídio de segurança máxima da capital.

Os desembargadores das Câmaras Criminais Reunidas do TJMA votaram de forma desfavorável ao mandado de segurança ajuizado pelo acusado, na sessão de ontem. O entendimento unânime foi de que o juiz de 1º grau agiu corretamente ao manter a decisão administrativa da transferência, e que o fato de ele ser mantido isolado numa cela serve, inclusive, para protegê-lo.

Consta, nos autos, ofício do superintendente de Controle e Execução Penal, com informação de que, após uma revista, foram encontrados com *Júnior Bolinha*, dois chips de celulares, além de um alicate de unha, e que o interno teria ameaçado

com palavras um agente do Grupo Especial de Operações Penitenciárias (GEOP).

A defesa disse que *Júnior Bolinha* se sentiu penitenciado ao ser transferido para uma ala que considerou perigosa no Presídio São Luís I. O advogado contou que, em 18 de novembro, pediu a transferência do seu cliente para a ala prisional do Corpo de Bombeiros. Alegou que, paralelamente, a Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) transferiu o preso para o presídio de segurança máxima, em 15 de dezembro de 2014, sem participação da defesa e sem contraditório.

O juiz de primeira instância recebeu resposta do Corpo de Bombeiros, alegando não ter estrutura para receber o preso. O magistrado disse que questões concernentes ao realocamento de presos provisórios entre estabelecimentos penais têm caráter administrativo, sendo de responsabilidade do Poder Executivo, restando ao Judiciário intervir na hipótese de desrespei-



José Raimundo Sales, o *Júnior Bolinha*, vai continuar em Pedrinhas

to explícito aos direitos fundamentais do preso e/ou descumprimento à formalidade. Decidiu mantê-lo na unidade, onde sua integridade física está sendo respeitada.

O desembargador Bernardo Rodrigues, relator do mandado de segurança, manteve a linha

de entendimento do juiz de 1º grau e votou pela denegação da segurança por não reconhecer direito líquido e certo ao impetrante. Os demais desembargadores concordaram com o voto do relator, também de acordo com o parecer da Procuradoria Geral da Justiça.

Rápida

Esmam

A Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam) promoveu reunião, no início desta semana, entre diretores de todas as escolas judiciais e das carreiras jurídicas do Maranhão. O objetivo é integrar as instituições, numa cooperação que beneficie os atores do Judiciário, Ministério Público e Advocacia, através de cursos e eventos conjuntos. Para o desembargador Jamil Gedeon, reunir todos os diretores das escolas foi uma conquista da Esmam, fomentando o diálogo interinstitucional, e presença de todos assinala a intenção comum de unir forças para realizar um trabalho cooperado. "Com um planejamento conjunto, pensamos na realização de grandes eventos jurídicos, fazendo com que o Maranhão passe a constar no calendário nacional de eventos do tipo", declarou o diretor da Esmam.

Estado deve rever licença ambiental da Alumar

Uma decisão da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís condenou o Estado do Maranhão a realizar a revisão do processo de licenciamento ambiental da Alumar, bem como ao pagamento de mais de R\$ 12 milhões, valor que teria sido gasto em finalidade diversa da devida. O juiz Clesio Cunha, que proferiu a decisão, deu prazo de 30 dias para o cumprimento da mesma, da qual cabe recurso.

A sentença é resultado da Ação Civil Pública (ACP) 8198/2011, proposta pelo Ministério Público, que tem como objeto o Processo de Licenciamento Ambiental nº 220/2004. No pedido original, o órgão ministerial requer prazo para realização da revisão do processo de licenciamento e o pagamento do valor de R\$ 12.456.885,61.

Na decisão consta que, de acordo com a promotoria, “o Estado do Maranhão, através de seu órgão ambiental, aplicou indevidamente o montante de R\$ 12.456.885,00, recursos estes advindos da compensação ambiental imposta à Alumar por meio do Processo de Licenciamento Ambiental nº. 220/2004, o qual tratou sobre a expansão da refinaria de bauxita”.

Na ACP também está relatado que “o valor da compensação ambiental foi fixado com a utilização do menor critério de fixação existente, omitindo-se o Estado do Maranhão em promover os estudos necessários para o cálculo do valor de contrapartida”. Consta também o pedido para que o montante a ser ressarcido seja destinado a um fundo específico, com a finalidade de uso na regularização fundiária de unidade de conservação de proteção integral.

• Decisão judicial

O acusado de envolvimento no assassinato do jornalista Décio Sá José Raimundo Sales Chaves Júnior, o Júnior Bolinha, teve negado, nesta sexta-feira (10), o pedido para anular o ato que o mantém na Unidade Prisional de Ressocialização de Pedrinhas VII (UPRP VII), presídio de segurança máxima de São Luís. A informação foi divulgada pela assessoria do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA). Os desembargadores das Câmaras Criminais Reunidas do TJ-MA votaram de forma desfavorável ao mandado de segurança ajuizado pelo acusado. O entendimento unânime foi de que o juiz de 1º grau agiu corretamente ao manter a decisão administrativa da transferência, e que o fato de ele ser mantido isolado em cela serve, inclusive, para protegê-lo.

FORÇA CONJUNTA

Maranhão define ações prioritárias para segurança

O estado do Maranhão terá ações integradas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, com apoio do Ministério Público e da sociedade civil no combate aos crimes violentos letais intencionais (CVLI), combate à corrupção e tráfico de drogas. A força conjunta dos diversos poderes foi definida, na manhã desta quinta-feira (9), durante reunião do Gabinete de Gestão Integrada (GGI), presidida pelo governador Flávio Dino, no Palácio dos Leões.

O GGI é regido por portaria emitida pelo Ministério da Justiça e tem o objetivo de promover a paz e articular ações de combate à violência e prevenção ao crime. Durante a reunião, o governador Flávio Dino destacou a importância de combater os três tipos de crimes (combate a violência, corrupção e tráfico), que são a principal base da criminalidade no estado.

Ele destacou a maior eficiência a partir das ações entre

os três poderes, com apoio da sociedade civil e do Ministério Público. "Estamos aqui em uma instância deliberativa. Vamos transformar dados em ações para dar soluções para os problemas de segurança no Maranhão", declarou o governador, ao comentar os dados apresentados na reunião.

O desembargador Raimundo Barros apresentou dados do judiciário maranhense sobre os julgamentos no estado e declarou que a instituição está à disposição para o combate a impunidade. "Todos os poderes aqui representados estão trazendo informações concretas sobre a realidade da segurança no estado, pra que possamos qualificar esses dados e traçar ações para reduzir os índices de violência no Maranhão. As ações integradas agregam mais agilidade a esse processo", afirmou.

Em relação ao combate às drogas, foi realizada uma explanação por integrantes da Co-

munidade Terapêutica do Maranhão, que presta assistência a usuários de drogas que tentam abandonar o vício. A discussão foi enriquecida pelo depoimento de um ex-usuário de crack, que há dois anos abandonou o vício, a partir do apoio da Comunidade Terapêutica do Maranhão.

O problema se alastrou pelo Maranhão ao longo dos últimos anos, principalmente entre a população jovem, com idade entre 18 e 30 anos. Proporcionalmente ao aumento do número de usuários, aumenta também os números da violência.

O secretário-executivo do Gabinete de Gestão Integrada, Nilvan Vieira da Silva ressaltou o planejamento das ações. "Vamos trabalhar no combate às drogas e as apresentações deixaram claro que o combate de prevenção é muito eficiente para a redução do tráfico e da violência proveniente dessa prática. A mensagem de ordem agora é pla-

nejar para executar", disse.

Outra questão levantada na reunião foi o sistema penitenciário do Maranhão, que já nos primeiros meses da atual gestão apresenta resultados positivos. "Apresentamos hoje os números desta gestão que comprovam que a administração penitenciária no Maranhão está tendo avanços, principalmente graças às ações integradas. Vamos continuar trabalhando para melhorar esses indicadores", frisou o secretário de Administração Penitenciária, Murilo Andrade.

O inspetor da Polícia Rodoviária Federal, Antônio Noberto, destacou que discutir ações de segurança integrando todas as esferas de poder vai trazer muitos benefícios para a população maranhense. "A integração de todos os poderes em prol da segurança é o caminho certo. Quem sai ganhando com esse trabalho integrado é a sociedade", declarou.

CASO DÉCIO

Júnior Bolinha continua preso

Tribunal de Justiça do Maranhão decidiu manter Júnior Bolinha em presídio de segurança máxima. A defesa considera perigosa a ala do Presídio São Luís I, onde ele está atualmente

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) negou a José Raimundo Sales Chaves Júnior, conhecido como Júnior Bolinha, acusado de envolvimento na morte do jornalista Décio Sá, pedido para anular ato de primeira instância que o mantém na Unidade Prisional de Resocialização de Pedrinhas VII (UPRP VII), presídio de segurança máxima da capital.

Os desembargadores das Câmaras Criminais Reunidas do TJMA votaram de forma desfavorável ao mandado de segurança ajuizado pelo acusado, na sessão desta sexta-feira (10). O entendimento unânime foi de que o juiz de 1º grau agiu corretamente ao manter a decisão administrativa da transferência, e que o fato de ele ser mantido isolado numa cela serve, inclusive, para protegê-lo.

Consta, nos autos, ofício do superintendente de Controle e Execução Penal, com informação de que, após uma revista, foram encontrados, com Júnior Bolinha, dois chips de celulares, além de um alicate de unha, e que o interno teria ameaçado com palavras um agente do GEOP (Grupo Especial de Operações Penitenciárias).

A defesa disse que Júnior Bolinha se sentiu penitenciado ao ser transferido para uma ala que considerou perigosa no Presídio São Luís I. O advogado contou que, em 18 de novembro, pediu a transferência do seu cliente para a ala prisional



Tribunal de Justiça do Maranhão negou recurso a José Raimundo Sales Chaves Júnior, o "Júnior Bolinha"

do Corpo de Bombeiros. Alegou que, paralelamente, a Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) transferiu o preso para o presídio de segurança máxima, em 15 de dezembro de 2014, sem participação da defesa e sem contraditório.

O juiz de primeira instância recebeu resposta do Corpo de Bombeiros, alegando não ter estrutura para receber o preso. O magistrado disse que questões concernentes ao realocamento de presos provisórios entre estabelecimentos penais possuem caráter administrativo, sendo de responsabilidade do

Poder Executivo, restando ao Judiciário intervir na hipótese de desrespeito explícito aos direitos fundamentais do preso e/ou descumprimento à formalidade. Decidiu mantê-lo na UPRP VII, onde sua integridade física está sendo respeitada.

O desembargador Bernardo Rodrigues, relator do mandado de segurança, manteve a linha de entendimento do juiz de 1º grau e votou pela denegação da segurança, por não reconhecer direito líquido e certo ao impetrante. Os demais desembargadores concordaram com o voto do relator, também de acordo

com o parecer da Procuradoria Geral da Justiça. (Processo nº 26792015).



Data de transferência do preso para o presídio de segurança máxima

REFORMA POLÍTICA

Em defesa da democracia

Governador Flávio Dino defende o engajamento das forças políticas do país para "continuar a trilhar a trajetória do avanço democrático"

Convidado pelo Movimento de Coalização Democrática a colaborar com a Reforma Política e a defesa do Estado Democrático de Direito, o governador Flávio Dino reuniu-se ontem com os representantes do movimento no gabinete da sede do governo do Maranhão. Ao assinar o Projeto de Iniciativa Popular pela Reforma Política, o governador defendeu o engajamento das forças políticas do país para "continuar a trilhar a trajetória do avanço democrático".

Os representantes do movimento que se reuniram com o governador Flávio Dino manifestaram preocupação com a efervescência política por que passa o país, sobretudo no que se refere às manifestações que atacam cláusulas pétreas da Constituição Federal, isto é, que não podem ser alteradas. No diálogo com os representantes da Coalizão que visitaram o gabinete, Flávio Dino afirmou que é preciso fazer uma "defesa enfática" dos avanços alcançados nos 30 anos de Democracia no Brasil.

"As forças políticas do Estado brasileiro não podem permitir retrocessos, como dizem algumas vozes. Contem não apenas com a minha assinatura, mas com meu apoio integral", declarou o governador Flávio Dino ao afirmar que articulará a bancada maranhense no Congresso Nacional. Ele assegurou ainda que pedirá apoio de lideranças políticas na-

cionais em nome da defesa dos pilares da Democracia.

Para exemplificar a atualidade e a urgência do tema, foram debatidos durante a reunião o posicionamento claro e enfático contra temas que estão em discussão no Congresso e nas manifestações, como: redução da maioria penal, excessiva terceirização dos serviços prestados ao poder público e intervenção militar no país.

O juiz Márton Reis agradeceu o apoio dado pelo governador e destacou a importância do gesto como sinal para as demais forças políticas do estado. "Precisamos agregar mais esforços entre os parlamentares maranhenses. Nosso Estado deve se posicionar na defesa dos direitos democráticos," disse.

A Iniciativa Popular pela Reforma Política é um projeto defendido nacionalmente por entidades da sociedade civil e que vem recebendo apoio de diversos setores da sociedade brasileira que defendem os valores democráticos. Segundo o presidente da OAB-MA, Mário Macieira, não é possível transigir quando se trata de assegurar os direitos fundamentais elencados na Constituição Federal de 1988.

Estiveram presentes na reunião o presidente da seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil, Mário Macieira; o representante do Movimento de Combate à Corrupção

Eleitoral, Márton Reis; a vice-presidente da Associação dos Magistrados Maranhenses, Lavinia Coelho; representantes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e do Sindicato da Fiscalização Agropecuária do Maranhão (Sinfa).



As forças políticas do Estado brasileiro não podem permitir retrocessos, como dizem algumas vozes. Contem não apenas com a minha assinatura, mas com meu apoio integral

Flávio Dino, governador do Maranhão

Maranhão e a Reforma Política

A Reforma Política tem sido debatida constantemente pela atual administração do governo do Estado. Em março, o presidente e ex-presidentes da Associação dos Juizes Federais (Ajufe) estiveram com o governador Flávio Dino e lançaram a "Carta de São Luís", em que os representantes do Judiciário Federal buscam mobilizar a sociedade brasileira para uma reforma política baseada na Carta Magna e que não seja pautada por retrocessos. A partir da capital do Maranhão, os juizes percorrerão outros estados para angariar apoio.

Já em Brasília, Flávio Dino participou, em março, de mais um encontro do Fórum de Governadores do Nordeste, que também defendeu, junto ao governo federal, uma ampla Reforma Política com combate à corrupção e à impunidade, além de pautas administrativas que assegurem o desenvolvimento do Nordeste. O tema foi apresentado ao presidente Dilma Rousseff e ao ministro-chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante.



Flávio Dino esteve reunido com o presidente da OAB, Mário Macieira, e o juiz Marlon Reis, representante do Movimento de Combate à Corrupção

MEIO AMBIENTE

Licenciamento ambiental da Alumar deve ser revisto

Uma decisão da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís condenou o estado do Maranhão a realizar a revisão do processo de licenciamento ambiental da Alumar, bem como ao pagamento de mais de R\$ 12 milhões, valor que teria sido gasto em finalidade diversa da devida. O juiz Clésio Cunha, que proferiu a decisão, deu prazo de 30 dias para o cumprimento. Ainda cabe recurso.

A sentença é resultado da Ação Civil Pública (ACP) 8198/2011, proposta pelo Ministério Público, que tem como objeto o Processo de Licenciamento Ambiental nº. 220/2004. No pedido original, o órgão ministerial requer prazo para realização da revisão do processo de licenciamento e o pagamento do valor de R\$ 12.456.885,61.

Na decisão consta que, de acordo com a promotoria, “o Estado do Maranhão, através de seu órgão ambiental, aplicou indevidamente o montante de R\$ 12.456.885, recursos estes advindos da compensação ambiental imposta à Alumar por meio do Processo de Licenciamento Ambiental nº. 220/2004, o qual tratou sobre a expansão da refinaria de bauxita”.

Na ACP também está relatado que “o valor da com-

penção ambiental foi fixado com a utilização do menor critério de fixação existente, omitindo-se o estado do Maranhão em promover os estudos necessários para o cálculo do valor de contrapartida”. Consta também o pedido para que o montante a ser ressarcido seja destinado a um a fundo específico, com a finalidade de uso na regularização fundiária de unidade de conservação de proteção integral.

Ainda com base nas narrativas do órgão ministerial, o Estado do Maranhão contestou a ação, destacando haver ilegitimidade passiva e não se manifestando sobre o mérito. A promotoria rejeitou esse posicionamento, ratificando na Justiça o pedido de condenação do ente público.

Ao aceitar a Ação, Clésio Cunha enfatizou que se “mostram adequados para o julgamento da demanda, especialmente pelo fato da contestação da fazenda pública estadual ter se resumido à matéria de direito”. Ele também destacou que “Com efeito, os agentes destinaram as verbas atuando em nome do Estado, pelo que o meio ambiente não pode ficar prejudicado pelos gastos

em finalidade diversa, ainda que não tenha ocorrido desvio de dinheiro público”.

Na fundamentação de sua decisão, Clésio Cunha destacou que “a Constituição Federal de 1988 consagra o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado em seu art. 225 e definiu o meio ambiente como bem de uso comum da sociedade humana”. Discorreu, ainda, que “o direito ambiental tem como objeto maior tutelar a vida saudável merecendo a defesa tanto pelo Poder Público quanto por toda a coletividade”.

Com base em normas legais de proteção ao meio ambiente e de uso dos referidos recursos, o juiz condenou o Estado do Maranhão à destinação da referida quantia, a ser reservada de seu orçamento, para suprir o valor gasto em finalidade diversa.

O estado também deverá promover, 30 dias após sentença transitada definitiva, a revisão do processo de licenciamento ambiental da Alumar, no tocante aos impactos ambientais suscetíveis de reparação por compensação ambiental, com base no artigo 36 da Lei nº 9.985/2000. A multa diária para o não cumprimento desta medida de multa diária de R\$ 10 mil.



O artista plástico Fábio Vidotti volta à Galeria Celso Antônio de Menezes, no Fórum de São Luís (Calhau), com a exposição "Múltiplas Expressões do Artista". São 21 obras, entre assemblage, painéis de abstração com técnica acrílica, óleo sobre tela com mãos e dedos, além de 16 esculturas em aço. Em cartaz até o dia 30 de abril, a exposição fica aberta à visitação pública de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.

Ganhador de várias premiações com esculturas em aço, Vidotti também ficou conhecido pelos seus quadros óleo sobre tela, em que utiliza a técnica de pinturas mão e dedo.

As 16 esculturas em exposição na galeria de arte do Fórum Des. Sarney Costa foram criadas com material de reaproveitamento e retratam guerreiros, com suas armaduras e escudos. Com as obras, o artista traduz a história do aço e arte da guerra, desde o descobrimento desse metal até os dias atuais, com figuras que representam guerreiros contemporâneos e antigos de várias etnias. Entre as obras estão as que trazem os títulos guerreiro pacifista, menino guerreiro, guerreiro africano e o guerreiro lança e escudo.

Mineiro de Belo Horizonte, Fábio Vidotti ainda criança fabricava muitos dos seus próprios brinquedos, o que o

Vidotti expõe pinturas e esculturas na galeria de arte do Fórum de São Luís

despertou para a arte. Nos cadernos da escola, desenhou superheróis da época. Também desenhava com giz de cera em caixas de frutas e pedaços de madeira.

A galeria está localizada no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau) e aberta ao público sempre no horário das 8h às 18h. Para agendar exposições, basta entrar em contato com Biblioteca do Fórum, nos fones 3194 5635/5636. O espaço tem como finalidade fomentar a arte junto à comunidade jurídica.



DIVULGAÇÃO



**Após decisão do TJMA, "Júnior Bolinha"
vai continuar recolhido em presídio**

TJMA mantém "Júnior Bolinha" em presídio de segurança máxima

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) negou a José Raimundo Sales Chaves Júnior, conhecido como "Júnior Bolinha", acusado de envolvimento na morte do jornalista Décio Sá, pedido para anular ato de primeira instância que o mantém na Unidade Prisional de Resocialização de Pedrinhas VII (UPRP VII), presídio de segurança máxima da capital. Os desembargadores das Câmaras Criminais Reunidas do TJMA votaram de forma desfavorável ao mandado de segurança ajuizado pelo acusado, na sessão desta sexta-feira (10).

PÁGINA 12 [C1]

TJMA mantém "Júnior Bolinha" em presídio de segurança máxima

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) negou a José Raimundo Sales Chaves Júnior, conhecido como "Júnior Bolinha", acusado de envolvimento na morte do jornalista Décio Sá, pedido para anular ato de primeira instância que o mantém na Unidade Prisional de Ressocialização de Pedrinhas VII (UPRP VII), presídio de segurança máxima da capital.

Os desembargadores das Câmaras Criminais Reunidas do TJMA votaram de forma desfavorável ao mandado de segurança ajuizado pelo acusado, na sessão desta sexta-feira (10). O entendimento unânime foi de que o juiz de 1º grau agiu corretamente ao manter a decisão administrativa da transferência, e que o fato de ele ser mantido isolado numa cela serve, inclusive, para protegê-lo.

Consta, nos autos, ofício do superintendente de Controle e Execução Penal, com informação de que, após uma revista, foram encontrados, com Júnior Bolinha, dois chips de celulares, além de um alicate de unha, e que o interno teria ameaçado com palavras um agente do GEOP (Grupo Especial de Operações Penitenciárias).

A defesa disse que Júnior Bolinha se sentiu penitenciado ao ser transferido para uma ala que considerou perigosa no Presídio São Luís

I. O advogado contou que, em 18 de novembro, pediu a transferência do seu cliente para a ala prisional do Corpo de Bombeiros. Alegou que, paralelamente, a Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) transferiu o preso para o presídio de segurança máxima, em 15 de dezembro de 2014, sem participação da defesa e sem contraditório.

O juiz de primeira instância recebeu resposta do Corpo de Bombeiros, alegando não ter estrutura para receber o preso. O magistrado disse que questões concernentes ao realocamento de presos provisórios entre estabelecimentos penais possuem caráter administrativo, sendo de responsabilidade do Poder Executivo, restando ao Judiciário intervir na hipótese de desrespeito explícito aos direitos fundamentais do preso e/ou descumprimento à formalidade. Decidiu mantê-lo na UPRP VII, onde sua integridade física está sendo respeitada.

O desembargador Bernardo Rodrigues, relator do mandado de segurança, manteve a linha de entendimento do juiz de 1º grau e votou pela denegação da segurança, por não reconhecer direito líquido e certo ao impetrante. Os demais desembargadores concordaram com o voto do relator, também de acordo com o parecer da Procuradoria Geral da Justiça.

DIVULGAÇÃO



Após decisão do TJMA, "Júnior Bolinha" vai continuar recolhido em presídio de segurança máxima

**'Viúva negra' é
condenada a oito
anos de reclusão por
homicídio do marido**

PÁGINA 6 [C1]

ESTREITO

'Viúva negra' é condenada a 8 anos de reclusão por homicídio do marido

Em júri promovido na quinta-feira (9) pela 2ª Vara da Comarca de Estreito, e presidido pelo titular da unidade, juiz Frederico Feitosa de Oliveira, Eura Milhomem Silva, 29 anos, a "Viúva Negra", como é conhecida, foi condenada a oito anos de reclusão pelo homicídio do marido, Vamilton Pereira Marinho. De acordo com o processo, o crime aconteceu no dia 4 de abril de 2010, após uma briga entre o casal, ocasião em que Eura teria atingido o marido com golpe de faca, matando-o. A ré, que se encontrava em prisão preventiva, saiu do jul-

gamento presa. A pena deve ser cumprida inicialmente em regime semiaberto, em Pedrinhas.

Eura já havia sido condenada anteriormente em processo da 1ª Vara da comarca, no qual respondeu pelo homicídio de outro homem com quem fora casada. No referido processo, foi concedido à ré o benefício de esperar em liberdade o julgamento de recurso.

Fundamentado na garantia da ordem pública, o juiz Frederico Feitosa determinou a prisão preventiva da ré para o julgamento da 2ª Vara.

(Ascom TJMA).

MARACAÇUMÉ

Júris mobilizam a 1ª Vara da comarca a partir de segunda

A partir da próxima segunda (13) até a sexta-feira (17), quinze julgamentos mobilizam a 1ª Vara da Comarca de Maracaçumé. Entre os réus que vão a júri no período, Jaianes do Nascimento Brito (ré presa), cujo julgamento acontece na quarta-feira (14), às 14h. Ela é acusada de matar um idoso com cinquenta e quatro golpes de arma branca. O crime teria contado com a participação de uma menor, essa condenada a 03 anos de internação no último dia 11 de fevereiro.

Presididos pelo titular da unidade, juiz Rômulo Lago e Cruz, os julgamentos, que acontecem diariamente, pela manhã e à tarde, integram a pauta da Semana Nacional do Júri, promovida pelo Conselho Nacional da Justiça em todo o país.

Para o magistrado, a ação instituída pelo CNJ, com apoio dos tribunais de Justiça, “é um esforço conjunto e tem como principal objetivo levar a júri popular os responsáveis por crimes antigos, em especial aqueles que foram cometidos contra a vida, visando ainda promover o combate à violência e à impunidade em resposta à sociedade”.

A Semana Nacional do Júri da 1ª Vara de Maracaçumé conta com o apoio do Ministério Público, representado pelos promotores de Justiça André Charles A. Martins Oliveira e Saulo Jerônimo Leite Barbosa de Almeida, além de advogados militantes na Comarca.

Vidotti expõe na galeria de arte do Fórum de São Luís



O artista plástico Fábio Vidotti volta à Galeria Celso Antônio de Menezes, no Fórum de São Luís (Calhau), com a exposição "Múltiplas Expressões do Artista". São 21 obras, entre assemblage, painéis de abstração com técnica acrílica, óleo sobre tela com mãos e dedos, além de 16 esculturas em aço. Em cartaz até o dia 30 de abril, a exposição fica aberta à visitação pública de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.

Ganhador de várias premiações com esculturas em aço, Vidotti também

ficou conhecido pelos seus quadros óleo sobre tela, em que utiliza a técnica de pinturas mão e dedo.

As 16 esculturas em exposição na galeria de arte do Fórum Des. Sarney Costa foram criadas com material de reaproveitamento e retratam guerreiros, com suas armaduras e escudos. Com as obras, o artista traduz a história do aço e arte da guerra, desde o descobrimento desse metal até os dias atuais, com figuras que representam guerreiros contemporâneos e antigos de várias etnias.

Entre as obras estão as que trazem os títulos guerreiro pacifista, menino guerreiro, guerreiro africano e o guerreiro lança e escudo.

A galeria está localizada no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau) e aberta ao público sempre no horário das 8h às 18h. Para agendar exposições, basta entrar em contato com Biblioteca do Fórum, nos fones 3194 5635/5636. O espaço tem como finalidade fomentar a arte junto à comunidade jurídica.

Regularização fundiária em Santa Inês é debatida em audiência pública

Projeto de regularização fundiária no Município de Santa Inês (246 Km de São Luís), promovido pela Corregedoria da Justiça do Maranhão, voltou a ser debatido na quinta-feira (9). O objetivo da audiência pública, realizada no auditório da Prefeitura, foi ouvir todos os órgãos envolvidos e representantes da sociedade civil para definir a forma como serão concedidos os títulos de propriedade de pelo menos 400 moradias no Bairro Coheb.

A juíza corregedora Oriana Gomes, responsável pelo acompanhamento e fiscalização das atividades cartorárias no Maranhão, coordenou os trabalhos da audiência pública, que também contou com a presença do juiz Cristovam Barros.

Na próxima segunda-feira (13) o prefeito do município, Ribamar Alves, se reunirá, na sede da Corregedoria, com a juíza Oriana Gomes. O encontro deverá resultar em um termo de cooperação envolvendo a Corregedoria, a Prefeitura de Santa Inês e os representantes do Ministério Público e do cartório do 1º Ofício de daquele município.

Essa é mais uma etapa do projeto de regularização fundiária promovido pela Corregedoria da Justiça e que pretende alcançar todo o Estado. O projeto consiste em garantir ao cidadão o título de propriedade da área que ocupa, terrenos geralmente pertencentes à União, Estado ou municípios.

Essa regularização encontra fundamentação da Constituição Federal, que assegura, a toda pessoa, o direito à moradia. Muitas dessas regiões já estão ocupadas há décadas pelos cidadãos, cabendo ao poder público prover a sua regularização.

Juiz discursa sobre reforma política em palestra promovida pelo Sinfa

NELSON MELO

O juiz da Comarca de João Lisboa-MA Márlon Reis discursou, na tarde de ontem (10), no auditório do Hotel Abeville, em São Luís, sobre reforma política, projeto de cunho democrático e de iniciativa popular. O evento, promovido pelo Sindicato dos Servidores da Fiscalização Agropecuária do Maranhão (Sinfa),

teve por objetivo conscientizar a sociedade civil sobre o programa e colher mais assinaturas a serem enviadas ao Congresso Nacional.

O presidente do Sinfa, Francisco Saraiva da Silva Júnior, esclareceu que a solenidade foi planejada para que a sociedade civil e as centrais sindicais tomassem conhecimento da abrangência e

valor da reforma política, após explicações do magistrado acerca do tema. Sendo assim, o teor do projeto se multiplicaria no Estado. “Espera-se que consigamos um milhão e meio de assinaturas em todo o Brasil, pois, até o momento, 600 mil pessoas já aderiram ao movimento”, frisou ele.

Durante o evento, Márlon Reis – membro fundador do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral e autor de livros da área jurídica como “O Gigante Acordado”, “Direito Eleitoral Brasileiro” e “Nobre Deputado” – descreveu os caminhos para uma reforma política e as propostas da iniciativa. Com foco em “eleições limpas”, o projeto defende a paridade de gênero na lista pré-ordenada e pleitos proporcionais em dois turnos. Bem como a proibição do financiamento de campanhas por empresas e adoção do “Financiamento Democrático de Campanha”.

O encontro contou com a participação de autoridades públicas, como o presidente da Agência Estadual de Defesa Agropecuária (Aged-MA), Sebastião Cardoso Anchieta Filho, e o titular do Sindicato dos Policiais Civis do Maranhão, Heleudo Moreira.

C. FERREIRA



Francisco Saraiva, o juiz Márlon Reis e Sebastião Anchieta, durante evento no Hotel Abeville

Justiça determina que Estado revise licenciamento ambiental da Alumar

Uma decisão da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís condenou o Estado do Maranhão a realizar a revisão do processo de licenciamento ambiental da Alumar, bem como ao pagamento de mais de R\$ 12 mi, valor que teria sido gasto em finalidade diversa da devida. O juiz Clesio Cunha, que proferiu a decisão, deu prazo de 30 dias para o cumprimento da mesma, da qual cabe recurso.

A sentença é resultado da Ação Civil Pública (ACP) 8198/2011, proposta pelo Ministério Público, que tem como objeto o Processo de Licenciamento Ambiental nº. 220/2004. No pedido original, o órgão ministerial requer prazo para realização da revisão do processo de licenciamento e o pagamento do valor de R\$ 12.456.885,61 (doze milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e um centavos). Na decisão consta que, de acordo com a promotoria, “o Estado do Maranhão, através de seu órgão ambiental, aplicou indevidamente o montante de R\$ 12.456.885,00 (doze milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e cinco) reais, recursos estes advindos da compensação ambiental imposta à Alumar por meio do Processo de Licenciamento Ambiental nº. 220/2004, o qual tratou sobre a expansão da refinaria de bauxita”.

Na ACP também está relatado que “o valor da compensação ambiental foi fixado com a utilização do menor critério de fixação existente, omitindo-se o Estado do Maranhão em promover os estudos

necessários para o cálculo do valor de contrapartida”. Consta também o pedido para que o montante a ser ressarcido seja destinado a um fundo específico, com a finalidade de uso na regularização fundiária de unidade de conservação de proteção integral.

Ainda com base nas narrativas do órgão ministerial, o Estado do Maranhão contestou a ação, destacando haver ilegitimidade passiva e não se manifestando sobre o mérito. A promotoria rejeitou esse posicionamento, ratificando na Justiça o pedido de condenação do ente público.

Ao aceitar a Ação, Clésio Cunha enfatizou que se “mostram adequados para o julgamento da demanda, especialmente pelo fato da contestação da fazenda pública estadual ter se resumido à matéria de direito”. Ele também destacou que “Com efeito, os agentes destinaram as verbas atuando em nome do Estado, pelo que o meio ambiente não pode ficar prejudicado pelos gastos em finalidade diversa, ainda que não tenha ocorrido desvio de dinheiro público”.

Na fundamentação de sua decisão, Clésio Cunha destacou que “a Constituição Federal de 1988 consagra o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado em seu art. 225 e definiu o meio ambiente como bem de uso comum da sociedade humana”. Discorreu, ainda, que “o direito ambiental tem como objeto maior tutelar a vida saudável merecendo a defesa tanto pelo Poder Público quanto por toda a coletividade”.

Preventivas em excesso

CESAR MUÑOZ ACEBES

As prisões brasileiras estão cheias de pessoas que ali não deveriam estar. É o caso de José, que conheci em janeiro no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Foi detido quando a polícia invadiu uma festa em São Luís do Maranhão, após receber denúncias anônimas de que fora organizada por uma facção criminosa. A polícia encontrou duas armas e drogas, mas não nas mãos de quaisquer dos 36 rapazes detidos.

José, outros detentos e seus parentes negaram que a festa fosse organizada por qualquer facção. Ele, que tem 27 anos e dois filhos, me disse temer que sua prisão o fizesse perder o emprego, ou que viesse a ser morto na cadeia.

O uso excessivo da prisão preventiva no Brasil é uma das principais causas da superlotação. As prisões do Maranhão mantêm 80% mais internos do que sua capacidade. Seis em cada dez são provisórios, ou seja, aguardam julgamento.

Presos provisórios são comumente colocados nas mesmas celas que condenados por crimes graves, uma flagrante violação dos padrões internacionais. Em lugares como Pedrinhas, os recém-chegados sofrem intensa pressão para se associarem a facções criminosas e, assim, garantirem sua própria segurança. Mais de 90 presos foram mortos no Maranhão desde 2013.

Os jovens presos durante a festa, sabendo que a imprensa e a polícia os tinham identificado como membros da

*Novos presos
sofrem
pressão para
se associarem
a facções*

facção criminosa, se sentiram obrigados a pedir para serem colocados nas celas dominadas por aquele grupo.

O Direito internacional oferece um caminho para prevenir as prisões ilegais: as chamadas audiências de custódia. Logo após ser detida, a pessoa deve ser conduzida à presença de um juiz, que decidirá se há razão legal que justifique que essa pessoa não possa aguardar julgamento em liberdade. Também verificará se sofreu maus-tratos e tortura por parte da polícia.

O Brasil viola esse direito fundamental do detento. Em Pedrinhas conheci um outro rapaz que aguardava havia nove meses para sua primeira audiência com um juiz.

O Maranhão, no entanto, deu um passo chave ao iniciar audiências de custódia. Nos primeiros meses do programa, os juízes julgaram que a prisão provisória não se justificava legalmente em 50% dos casos, permitindo que esses presos aguardassem o julgamento em liberdade. Já sob os procedimentos normais, em que os juízes tomam esta decisão com base nos documentos policiais e não veem os presos pessoalmente, este índice alcançava apenas 10%.

Um juiz libertou os jovens da festa quase duas semanas após sua prisão. Observou que a polícia não havia oferecido qualquer prova que os ligasse às facções criminosas nem às armas e drogas supostamente encontradas na festa. Sem uma audiência de custódia, eles provavelmente ainda estariam em uma cela superlotada, sendo forçados a se associarem a uma facção para seguirem vivos. ●

*Cesar Muñoz Acebes é pesquisador da
Human Rights Watch no Brasil*